

As eleições de 2006 e as massas: uma emergência frustrada?*

Roberto Amaral**

** *Editor-chefe de C&p, vice-presidente nacional do Partido Socialista Brasileiro, ex-Ministro da Ciência e Tecnologia e autor de diversos livros entre os quais Socialismo, vida, morte e ressurreição (Vozes).*

As vagas no arquipélago

Embora todos possamos estar de acordo na afirmação de que nosso continente é um arquipélago, seja do ponto de vista político, seja do ponto de vista econômico, seja do ponto de vista cultural, é possível identificar, em sua história recente, certos movimentos que se propagariam como vagas. É o que sugere a crônica institucional das últimas décadas.

Podemos reduzir essas vagas a três categorias, que denominaremos de *era das ditaduras*, *era da redemocratização* e *era da emergência das massas*.

A era das ditaduras militares, em plena e aguda ‘guerra fria’, tem seu epicentro no golpe de 1964 que no Brasil derrogou o governo constitucional de João Goulart. No mesmo ano, na Bolívia,

* Transcrição revista de Aula Magna de abertura do ano letivo de 2007 dos cursos de mestrado em Ciência Política da UFF - Universidade Federal Fluminense, realizada em 9/4/2007.

o golpe de René Barrientos, destituía Víctor Paz Estensoro. Antes, em 1962, tivéramos, na Argentina, a queda de Arturo Frondizi, abrindo uma longa saga de golpes militares entremeada por uma rápida recidiva civil peronista (Campora, Perón, Isabelita).

Em 1963 um golpe-de-Estado destituía o presidente Arosemena e suspendera a Constituição, no Equador. Em 1972 seria a vez da deposição de Velasco Ibarra, substituído pelo general Guillermo Rodríguez Lara, por seu turno deposto em 1976.

Em 1968 entra em cena o Peru, com o golpe do general Juan Carlos Alvarado, que depôs Belaúnde Terry, para ser deposto em 1975 pelo general Francisco Morales Bermúdez.

1973 registra o levante militar que decaptaria a experiência de Salvador Allende, no Chile.

Assim, em uma vaga de cerca de 10 anos, conhecem a ditadura militar a Argentina, o Uruguai, o Brasil, o Equador, a Bolívia, o Peru, o Chile. A ditadura Strossener vinha de longe (1954-1989) e fechava o Cone-Sul.

Também como uma vaga, uma a uma essas ditaduras seriam derubadas e substituídas por governos neoliberais, estas uma outra saga, a qual, aliás, se instalara no continente com a ditadura Pinochet. Desta feita, o processo redemocratizante mal consome cinco anos.

No Peru, o fim do ciclo das ditaduras se encerra com a eleição, em 1980, de Belaúnde Terry.

Na Bolívia, em 1982, após uma a série de golpes-militares, toma posse Herán Siles Zuazo.

Em 1983, Raúl Alfonsín é eleito presidente, dando fim à seqüência de ditaduras militares argentinas.

No ano seguinte, em 1984, realizam-se eleições no Uruguai, e é eleito Julio María Sanguinetti.

Finalmente, em 15 de janeiro de 1985, o Colégio Eleitoral – montado pela ditadura para garantir a sucessão entre seus delfins – elege o primeiro presidente civil brasileiro desde o golpe de 1964, o ex-governador Tancredo Neves, e no dia 15 de março dá posse ao seu vice José Sarney. É história consabida.

A última vaga seria esta em que vivemos, caracterizada pela formação de governos de centro-esquerda responsáveis pelo rom-

pimento com as regras do Consenso de Washington e o neoliberalismo. Mas o que dela destacamos, e trata-se do essencial para nossas reflexões, é, em níveis variáveis de país a país, a notável preeminência das grandes massas no processo político materializada nos governos de Hugo Chávez na Venezuela, Kirchner na Argentina, Lula no Brasil, Tabaré Vazquez no Uruguai, Michele Bachelet no Chile, Rafael Corrêa no Equador, Evo Morales na Bolívia e, no Peru, embora não logrando as eleições no segundo turno, a extraordinária votação de Ollanta Humala .

O processo político nesses países – tendo como fundo governos neoliberais de caráter democrático sucedendo a ditaduras militares, e governos populares sucedendo a governos neoliberais – se separa em dois grupos, se os considerarmos do ponto-de-vista da organização partidária. De um lado os países do Cone-Sul, onde é forte a organização partidária (Argentina, Brasil, Uruguai e Chile) e de outra parte os demais países, nos quais a característica mais distintiva é, ou a ausência de organizações partidárias, ou sua fragilidade (Equador, Bolívia, Venezuela e Peru).

Respeitadas as peculiaridades históricas e culturais, respeitado o distinto peso das questões étnicas, esses países oferecem como fenômeno comum, no atual processo político, a emergência das grandes massas, das massas excluídas, das massas sotopostas, das etnias discriminadas, dos pobres de uma maneira geral, as quais passam a agir como sujeito, rompendo com todas as intermediações clássicas, quase sempre nomeando como líder um quadro próprio, o que exemplificamos com as lideranças de Hugo Chávez e do cocaleiro Evo Morales, e, de certa forma, se considerarmos sua origem e sua biografia, do torneiro-mecânico Luiz Inácio Lula da Silva. E essa emergência do popular e das massas pobres, inorgânicas,

***Países sul-americanos
oferecem como fenômeno
comum, no atual processo
político, a emergência
das grandes massas,
dos pobres de
maneira geral.***

é tanto maior quanto mais fraca é a vida partidária. A exceção deve-se ao Brasil, onde se associam participação popular e estruturas partidárias nacionais de caráter sólido, o que pode ser exemplificado por partidos como o PMDB e o PT.

No Peru, na Bolívia e no Equador afloram as grandes massas indígenas, na Venezuela essas massas e os pobres e miseráveis das grandes cidades que se identificam na imagem *criolla* de Chávez. Nenhuma dessas lideranças vem dos corpos preparados pelas elites.

No Brasil, certamente mais do que no Chile, e provavelmente mais do que na Argentina, assistimos, em 2006, à elevação dos excluídos, das grandes massas, do ‘povão’, à categoria de sujeitos no processo eleitoral.

O caso brasileiro

A vida político-eleitoral brasileira é servida por algumas verdades ditas inquestionáveis. A primeira delas é a dificuldade de as esquerdas brasileiras falarem ao seu eleitorado de escolha, os pobres, as grandes massas excluídas, os excedentes do processo produtivo, os sobrantes da cidadania, a cuja conquista se dedica, na convicção de que tem alternativas a oferecer. Nada obstante essa opção programática, as esquerdas vêm – ou viam? –, eleição após eleição, as grandes massas à mercê do populismo e do assistencialismo, isto é, a serviço eleitoral da direita. Seu discurso, ao contrário, só encontra apelo nas populações urbanas, nas grandes cidades e nos segmentos da classe-média.

Outra verdade da política nacional é uma geografia eleitoral, que, grosso modo, divide o país em dois hemisférios: de um lado, as grandes cidades, desenvolvidas e politizadas do Sul-Sudeste e as capitais; e de outro o Norte-Nordeste, caracterizado pelo atraso, pelo domínio oligárquico, pelo analfabetismo, o desemprego e a desinformação. No primeiro hemisfério predomina o voto progressista; no segundo, o voto conservador. Daí a legislação sobrerrepresentar o eleitorado do Norte-Nordeste, como meio de assegurar a continuidade conservadora. Isto não é novo. Vem de longe. Jairo Nicolau identifica essa tendência já no Império. No Brasil pós-Esta-

do Novo foi o artifício que os constituintes de 1946 encontraram para impedir uma nova hegemonia Minas-São Paulo: reduziram estrategicamente as bancadas desses Estados¹. No mandarinato militar, seus alquimistas, para anular a prevista vitória dos candidatos da oposição à Câmara Federal nos grandes centros, trataram de aumentar o peso do voto dos ‘grotões’, isto é, do Norte e do Nordeste.

Em síntese: não há controvérsia respeitante ao caráter conservador do eleitorado do Norte e Nordeste e dos ‘grotões’ de um modo geral.

Não por outra razão, nas últimas eleições – 1989, 1994 e 1998 – Collor, Fernando Henrique e José Serra partiam, bem cevados de votos, dos chamados ‘grotões’, isto é, do eleitorado do interior do país, enquanto Lula, candidato das esquerdas, contava, como sua base de propulsão, com o eleitorado urbano, localizado principalmente nas capitais². Em outras palavras, podemos afirmar que Collor, FHC e Serra, representando os mesmos interesses, conservadores, tinham a mesma base eleitoral, tanto do ponto de vista espacial, quanto do ponto de vista de classe. Essa geografia eleitoral opunha um Norte-Nordeste oligárquico e atrasado a um Sul-Sudeste inovador, moderno e mudancista, onde supostamente era mais fácil a receptividade ao discurso da esquerda. Assim, naquelas eleições, a estratégia dos candidatos era conhecida e não permitia variáveis: os candidatos da direita, hegemônicos no Brasil arcaico, nos municípios menos urbanizados do Norte-Nordeste e nos demais pequenos municípios pobres do país onde se concentram 46% do eleitorado, garantiriam a eleição, a partir desta base, disputando com a esquerda o voto urbano e das grandes metrópoles do Sul-Sudeste e principais capitais. Contrário senso, tentando anular esse *handicap*, o candidato da esquerda partia dos grandes centros em busca do voto dos ‘grotões’. A vitória seria de quem mais ampliasse no campo adversário, ou, perdia quem tinha eleitorado mais vulnerável. Ganhou sempre a direita, com seu eleitorado cativo, protegido pelos ‘coronéis’ e oligarcas.

¹ NICOLAU, Jairo. ‘Parlamento brasileiro nunca respeito proporcionalidade’. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 7.7.1992.

² ‘La elección presidencial de 2006 en Brasil’, apud *Atlas Electoral Latinoamericano 2005-2006*. La Paz, 2007.

Em 2002 Lula elegeu-se presidente e o PT a maior bancada da Câmara Federal, com 91 deputados: apenas 17 parlamentares nordestinos. No Nordeste, o PFL, o campeão, elegeu 44 deputados, o PMDB 23 e o PSDB 22.

Em 2006 as regiões Norte e Nordeste continuavam mais pobres e as regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste eram as mais dinâmicas; aquelas apresentavam as maiores desigualdades sociais, e o maior número de população não-branca e de camponeses ocupados na agricultura familiar³. No Sudeste, os grandes centros financeiros, a economia mais capitalista do país, a maior concentração de operários, a expectativa do voto trabalhista. No Centro-Oeste o agronegócio parecia haver levado o capitalismo para o campo.

No entanto, foi no Norte-Nordeste que Lula obteve seu melhor desempenho. Perderia no Sul, no Centro-Oeste e em São Paulo. Esfinges da ciência política brasileira: o candidato operário venceu nas regiões mais atrasadas; o candidato conservador, supostamente filiado à *opus dei*, venceu nas regiões mais ricas, mais dinâmicas e mais escolarizadas.

Impossível esconder que houve uma profunda alteração no comportamento do eleitorado brasileiro. O desafio é explicá-la. Poder-se-á simplesmente dizer que o candidato Lula compôs com as oligarquias e delas recebeu a recompensa do voto. O qual, tirado do adversário e adicionado às suas bases tradicionais, garantiram a vitória. Mas poder-se-á, igualmente, dizer que essas oligarquias foram atropeladas pelo seu governo, como podemos afirmar – e trata-se de nossa opção – que este fenômeno eleitoral é consequência de um processo de liberação das massas, que não se enquadra em padrões geográficos, pois é de índole social, acompanhando as grandes massas pobres onde se encontrem, e elas se encontram tanto nos ‘grotões’ do Nordeste quanto nas grandes metrópoles do Sul-Sudeste. Uma de duas: ou não há mais ‘grotões’, ou os ‘grotões’, com sinal político trocado, dominam as periferias dos grandes centros. Numa hipótese e em outra, os ‘grotões’ do Norte e do Nordeste votaram como os ‘grotões’ do Sudeste: em Lula.

³ IDEM.

As eleições de 2006

O pleito

Se estamos diante de uma tese, podemos desdobrá-la na afirmação de que o povo brasileiro, de certa forma rompendo com os limites de nossas organizações – mais do que isto, à margem do comando das organizações políticas e político-partidárias –, deu um passo à frente no processo político. Se preferirem uma redução, diremos: deu um salto de qualidade. Superou os limites partidários e os comandos das lideranças regionais e logrou afirmar uma posição que ia para além de, plebiscitariamente, escolher entre a corrupção e seu combate, entre A e B, ou entre Lula e Alckmin. Estamos afirmando a presença de uma opção ideológica incidindo sobre questões que a disputa partidária não ousara colocar para o pleito, como o conflito entre um Brasil rico e um Brasil paupérrimo. Ambos habitados por gente e não por indicadores estatísticos. A votação do segundo turno de 2006, deste ponto de vista, revela o que, impressionisticamente, poderíamos chamar de ‘a emergência silenciosa ou não pressentida das massas’. Não se trata de fenômeno revolucionário, longe, muito longe disso, mas é fenômeno político de altíssimo significado, porque, entre nós, a simples inclinação mudancista é já relevante. Pode-se ler, na vontade eleitoral expressa nas urnas, a ruptura com o *statu quo ante*, isto é, o rompimento com o neoliberalismo, a retomada da política, a opção pelas grandes massas excluídas.

Herdeiros da tradição leninista, a que tanto devemos, da qual deriva a preeminência da organização como ponto de partida para a ação e o papel (quase exclusivo) organizativo e revolucionário do proletariado, temos, porém, dificuldade de compreender a exata dimensão dessa emergência popular, em face de seu caráter autônomo (no que refere às organizações), espontâneo e quase voluntarioso. E, herdeiros do anti-populismo, somos frequentemente incomodados com a ascensão de lideranças que estabelecem um contato (quase diria diálogo) direto com as massas, independentemente de formulações ideológicas e da intermediação partidária.

Deste ponto de vista não podemos hoje mensurar os riscos por que correm a democracia e o processo político reformista.

Os dois 'Brasis'

O fato objetivo é que o Brasil profundo, silencioso e pouco ouvido, toma conhecimento da existência de dois 'brasis', estrangeiros entre si, um rico e um pobre, um poderoso e um dominado, e descobre a que porção pertence. Assume essa clivagem, e diante dela se define. O 'povão' passa a ser sujeito, dispensando mediações. Isso quer dizer que o movimento foi de mão dupla: houve o apelo do líder carismático, mas houve igualmente a inclinação das grandes massas.

Direita e esquerda, finalmente, convergem. Ambas agora reconhecem a divisão do país. Só que a primeira, por indústria, diz que essa divisão – uma nova forma de 'luta de classes' – é produto da pregação lulista, um trabalhismo que estaria retornando ao populismo. Ora, este país sempre esteve cindido como dois meridianos incomunicáveis, no desenho exemplar de casa-grande e senzala. O fato novo, o inusitado, está em que os excluídos – classicamente considerados massa de manobra das elites e da classe-média e objeto do populismo – quase que como de repente, sem fazer-se notar a transição, assumem papel ativo em cenário de coadjuvante, identificam seus interesses próprios (que não são os do 'conjunto' da sociedade), e, por fim, constroem seu próprio discurso. Rompem com a intermediação populista clássica e dispensam

as intermediações dos meios de comunicação e põem em xeque o papel dito determinante dos 'formadores de opinião'. Assim, penetra de um libreto que sempre os ignorou, o povo se apresenta em cena, domina o palco onde só eram iluminados os 'mais iguais' e, finalmente, atua como sujeito. Decide o

*O fato novo está em
que os excluídos
assumem papel ativo,
identificam seus interesses
próprios e constroem seu
próprio discurso.*

destino do espetáculo. Processo superficial, passageiro? Só a história conhece a resposta. Mas este 'levante' tem antecedência.

Como é sabido, o presidente Lula, no seu primeiro mandato – depois de 2004, principalmente no final de 2005, mas, de certa forma, até o juízo final do segundo turno de 2006 –, teve sua governança ameaçada e salva. Ameaçada por correligionários chamados de 'aloprados', ameaçada por escândalos éticos, reais, ameaçada pela pressão, legítima, da oposição parlamentar, ameaçada pela contundência uníssona, uniforme e unânime dos meios de comunicação de massa. Ameaças graves, institucionalmente perigosas, em face da anemia da base parlamentar do governo – dispersa, acovardada ante a direita parlamentar e a indignação da classe-média. Salvou-a – a governança, portanto seu mandato – o próprio presidente quando, dispensando os serviços de uma retaguarda em pânico, compreendeu, à frente de todos, dos partidos, inânimes, e dos ideólogos, da esquerda assustada e da direita surpreendida, que a alternativa salvadora se encontrava na sociedade, no chamamento ao povo – os 'menos iguais' – que o atenderia, na medida em que se considerasse identificado com seu apelo. Compreendera o presidente – revisitando as raízes de sua formação como líder popular e sua própria biografia –, que, no campo clássico da correlação de forças no qual se travava, por escolha dos adversários, a pendência política, isto é, no campo clássico das elites, da classe-média, do Congresso, da imprensa, ele era o contendor frágil. Esquivando-se de porfiar o combate no teatro indicado pelos adversários, tratou de atraí-los para o cenário em que era mais forte: foi buscar alimento e apoio no contato direto com as grandes massas, onde identificou os seus 'iguais' e por eles foi acolhido. A direita sentiu o golpe, mas não teve como evitar a tática presidencial; não podendo aceitar o desafio, procurou outros flancos, supostamente mais vulneráveis. Combate as viagens, as inaugurações, as caminhadas e os discursos 'populistas' do presidente, isto é, tenta desqualificar seu contato com as grandes massas e a empatia que lograra estabelecer. Mas, com o discurso de uma ética puramente moralista, só conseguiu que seu apelo encontrasse eco na classe-média e suas adjacências, que já estavam conquistadas, mas que

havia perdido a capacidade de liderar ou condicionar a opinião dos demais segmentos da sociedade.

O apoio popular – indiferente ao significado das acusações que pesavam sobre o presidente – impediu o *impeachment*.

Antes, outro presidente, igualmente ameaçado, também sem apoio parlamentar e talqualmente condenado pela grande imprensa, e por igual acusado de corrupção, também tentou o chamado às massas; mas essas responderam engrossando o coro do repúdio nacional. Seu mandato foi consumido por um oportuno *impeachment*. Lula, todavia, encontraria o aplauso, o carinho e o apoio das grandes massas – pobres, e quanto mais pobres e mais periféricas, mais solidárias. Dir-se-á que Collor, ao contrário de Lula, não dispunha de Partido nem de massa popular mobilizável. Mas Vargas dispunha de Partido, de base parlamentar e apoio na massa trabalhista, insuficientes para impedir o 24 de agosto.

O ‘Brasil profundo’

Antes da tentativa de interpretações explicativas do comportamento social, procuremos lembrar os passos do presidente, ainda não-candidato à re-eleição. Quando se decide por romper com a inércia, simbolizada pelo Olimpo acuado em que se convertera o Palácio do Planalto, e procurar o contato direto com o povo, o presidente escolhe para iniciar sua peregrinação as regiões mais pobres do país e nessas regiões as comunidades mais excluídas. Começa exatamente pelo Nordeste, e fora do Nordeste prefere os ‘nordestes’ espalhados pelo Brasil rico, as periferias das grandes metrópoles. É este o Brasil que, ouvidos moucos para a cantilena da classe-média – que antes levava um presidente ao suicídio e outro à cassação – vai sustentar, primeiro o presidente, e logo a seguir o candidato.

E foi o Nordeste, no primeiro turno das eleições de 2006, que se antepôs à avalanche dos votos doados pelo Sul e pelo Sudeste ao candidato da direita. O fenômeno repetir-se-ia no segundo turno. De novo o Nordeste como protagonista. Dali parte a arrancada eleitoral que asseguraria a Lula, no segundo turno, quase 62% da votação do país: a maré montante da consagração do candidato nasce na sucessão de ondas de apoio popular que se estende por

todo o Nordeste e chega ao Norte, com índices de apoio que se avizinham da unanimidade: Amazonas (86%), Maranhão (84%), Ceará (82%), Pernambuco (78%), Piauí (77%), Paraíba (75%), Pará e Sergipe 60%. Note-se que, nesses Estados – de estrutura rural e predominantemente atrasada, sob domínio de ‘coronéis’ e caciques eleitorais, baixamente industrializados, o quadro de realidade deveria ser o mais adverso para as pretensões de um candidato das esquerdas: Estados na sua maioria governados por adversários políticos, classe dominante conservadora, capitalismo débil, controle dos meios de comunicação pelas elites, dominância eleitoral pelos partidos de direita. Não houve represa possível para a força das novas correntes. E, invertendo a ordem ‘natural’ da história política do país, é do Norte, é do longínquo, que nasce a tendência que em breve iria inundar todo o país, culminando com a votação consagradora do segundo turno de 2006.

E onde Lula perdeu? Em São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Roraima.

O povo pobre deixara de ser tributário no processo eleitoral. O brasileiro que no Rio Grande do Sul votou em Lula foi o mesmo brasileiro que nele votou no interior do Ceará.

Episódio isolado?

Outra questão, é perguntar se esse movimento cairá no vazio, se essas massas permanecerão desorganizadas. Este desafio não sabemos se as esquerdas brasileiras estão em condições de enfrentar.

O divórcio da classe-média e os ‘formadores de opinião’

A esquerda também está por entender seu divórcio com a classe-média.

Enamorados da classe-média e saudosistas do proletariado, mingüante e cada vez mais atraído pelos seus pleitos corporativos, como estabilidade no emprego e reposição salarial, percorremos o processo eleitoral sem entender porque, assim de uma hora para outra, essa classe-média – sempre festejada por nós até em seu moralismo udenista que tantas e tantas vezes o petismo atçou – nos dava as costas. Enquanto procurávamos entender porque havíamos perdido o quase-monopólio do moralismo, o povo, à nossa

O brasileiro que no Rio Grande do Sul votou em Lula foi o mesmo que nele votou no interior do Ceará.

frente, sem apartar-se da ética, compreendia que a discussão das questões fundamentais que lhe diziam respeito transitava em outro nicho da política. Compreendeu que a discussão ética, pertinente, era, todavia, naquela quadra, a cortina de fumaça sob a qual outros intentavam interferir em seu destino; o que estava em jogo, na verdade, era a continuidade de uma política social distributivista e compensatória – identificada por essas massas como a política social do governo Lula – posta sob ameaça pelo discurso da direita. Explicar como o presidente Lula conseguiu estabelecer essa identificação, eis outro desafio. Talvez, porém, seja o desafio essencial, decifrador desse fenômeno até aqui mal identificado como ‘a emergência silenciosa das massas’, que tem como uma de suas características o questionamento do real papel dos chamados ‘formadores de opinião’. Pelo menos nestas últimas eleições.

Estamos diante de dois fenômenos distintos, embora intercomunicantes, sem que necessariamente se possa identificar precedência e consequência. Refiro-me à emergência das massas (tendo como ponto de referência o apoio ao presidente ameaçado) de par com o rompimento das mediações na formação da opinião nacional, em país no qual a opinião publicada é sempre confundida com opinião pública: o já referido fim do papel indutor dos ‘formadores de opinião’, e, conseqüentemente, o fim da preeminência do pensamento das elites e da classe-média sobre a sociedade em geral, que fazia das massas subalternas meras reprodutoras do pensamento da classe dominante. Na raiz de um e de outro fenômeno identificamos um terceiro, contemporâneo: a redefinição do papel dos ‘grotões’. Pois foi nos ‘grotões’ que se operou a reação. Que foi feito desses *grotões* se eles, eleitoralmente, nas eleições presidenciais, se aliaram às forças progressistas, cujo discurso promete a mudança?

Também esse fenômeno aguarda seus exegetas.

Outra questão – que pode ser mais uma peculiaridade do presidencialismo brasileiro – é a natureza profundamente distinta dos votos majoritário e proporcional. Este parece ser o voto do compadrio, do interesse, da proximidade. Aquele parece ser o voto cívico. Por isso, não se encontram, necessariamente. O mesmo eleitor que, na Bahia, sufragava Lula e Jacques Wagner pode muito bem votar em ACM Neto para deputado federal.

Assim, nessa Bahia na qual elegeu o governador no primeiro turno, o PT elegeu apenas oito deputados federais; o PDT, que elegeu a única vaga para o Senado em disputa, elegeu dois deputados. Mas nessas mesmas eleições, o PFL, que perdeu as duas disputas majoritárias, elegeu 13 deputados federais.

No Nordeste, o PSB, que elegeu três governadores (RN, PE e CE), elegeu 14 deputados federais; o PT que elegeu também três governadores, elegeu 22 deputados. Mas o PMDB e o PFL, que não elegeram um só governador, elegeram respectivamente 22 e 27 deputados federais.

A vez da ‘coalizão’

São distintos as circunstâncias eleitorais vividas em 2002 e o quadro da disputa presidencial de 2006. Direi mesmo que o último pleito guarda diferenças quase fundamentais entre o primeiro e o segundo turnos da eleição. Do fato de os pleitos haverem sido distintos em seus respectivos significados políticos não resulta, todavia, que o novo governo – este segundo mandato resultante do embate eleitoral – , será necessariamente distinto do primeiro. Ao contrário, e em que pese às características políticas diferenciadoras do pleito, poderemos ter como segundo mandato a mera continuidade do primeiro. Nenhuma mudança está automaticamente assegurada, simplesmente porque o curso do processo político deriva não apenas da vontade dos governantes, mas, sobretudo, de uma determinante chamada correlação de forças. E no plano da correlação de forças as correntes ditas mudancistas, dentro do governo, não são hegemônicas, embora seja razoável afirmar que o pronunciamento eleitoral da sociedade, precisamente no segundo turno, foi um *dictack* mudancista.

Mas a sociedade ainda não governa.

Concluído o processo eleitoral, porém, parece que com ele se encerra o papel das grandes massas. Deixam o proscênio e retornam para as coxias, onde se amontoam os figurantes. Entram em cena os partidos e as grandes lideranças.

É a hora e a vez das negociações de cúpula.

O país precisa da governança. O presidente precisa de tranqüilidade para poder governar. A República, eis um consenso, não suportará, sem riscos para a institucionalidade, a repetição da crise continuada de 2005 e 2006. A economia precisa de calma e os senhores do mercado reclamam por segurança para seus investimentos. O governo pode conviver com uma imprensa quase hostil, mas não pode abrir mão de maioria no Congresso. Precisa negociar com todas as forças políticas do mosaico político sem se dar ao luxo de proceder a avaliações ideológicas: só assim, com uma ampla maioria, logrará isolar a oposição e trafegar num céu de brigadeiro, que se mede em votos disponíveis. Por isso mesmo a coalizão de apoio ao governo, sua base parlamentar, reúne 11 siglas, uma mistura heterodoxa a qual, na ausência de um fio ideológico-programático condutor, impossível nas circunstâncias, só pode ser construída mediante os instrumentos clássicos de que sempre lançou mão o presidencialismo na constituição de suas maiorias: a distribuição de fatias de poder, ou, mais precisamente, a troca dessas fatias de poder no Executivo por voto no Parlamento.

Não discutimos os méritos dessa política – simplesmente registramos o fenômeno – , mas lamentamos que ela seja vista como sucedâneo à mobilização popular, ou que esta seja reservada tão-só aos momentos de crise. O próprio lançamento do Plano de Aceleração do Crescimento-PAC, e sua sustentação, privilegia as negociações exclusivamente parlamentares, quando seu futuro está a depender de sua adoção pela sociedade, aquela mesma que salvou a governança em 2005 e elegeu Lula em 2006.

A coalizão, ou, a base parlamentar de apoio, ou simplesmente ‘a base’, precisa de um eixo que impeça a descaracterização do governo e esse, quanto mais identificado ideológica e politicamente, mais poderá assegurar a sobrevivência da maioria momentânea. Para que a

coalizão seja ou venha a ser ampla, e mais ampla do que a atual parece impossível, carece de um eixo, o qual, se a esquerda dentro do governo não oferecer, será assegurado pelas forças mais conservadoras e habilitadas a esse ofício do mando, de que é expoente o PMDB, cuja competência ficou mais uma vez demonstrada nas negociações visando à formação do Ministério do segundo mandato. Por mais ampla, porém, que seja a coalizão, não haverá alternativa para um governo de mudanças se sua liderança, o presidente, não introduzir a sociedade brasileira como interlocutora. O ‘povão’ que falou como agente nas eleições foi afastado do processo político. Se uma vez mais – em 2007 repetindo 2003 –, o governo optar pelos entendimentos de gabinete, se uma vez mais apostar na solução dos impasses através as negociações de elite, de cima para baixo, em entendimentos com banqueiros e empresários da grande imprensa, perderá a força do apoio popular e não realizará qualquer das reformas necessárias, ou pelo menos não as realizará na medida exigida pelo país.

O que fazer?

O que fazer? Apoiar a organização popular onde ela exista, e onde ela não existir, estimular sua emergência, sabendo que não há como fazê-lo sem enfrentar desconfiança ou mesmo reação do chamado ‘mercado’, um dos sustentáculos do governo. O futuro do movimento de esquerda no Brasil – e aí de nós se pensarmos que nosso futuro termina no segundo mandato do presidente Lula – está na organização dessas massas que emergiram independentemente de nosso apelo. Seria irresponsável pensar que nosso compromisso histórico se encerra com a aventura de governo de um Partido ou mesmo de uma coalizão de partidos de centro e de esquerda, alguns, mesmo, conservadores. Este governo, para pensarmos minimamente de forma revolucionária, é mero instrumento de um largo processo de transformação social mal iniciado e ainda tangendo sua epiderme. Para as elites de sempre não constituirá problema o retorno ao *statu quo ante*, ao final do mandato iniciante; ao contrário, elas terão o que comemorar; mas para o grande povo representará nova fase de sotoposição de seus interesses. E ainda há muito o

que fazer em defesa das massas, mesmo no regime capitalista em que vivemos.

Como impedir, no regime democrático, a reassunção do neoliberalismo, com tudo o que representa de anti-povo e anti-nação? Mediante a organização social: o fortalecimento dos movimentos sociais *pari passu* o fortalecimento das organizações e partidos de esquerda e sua inserção no movimento popular. O elemento aglutinador dessa organização ainda não é a construção de uma sociedade socialista – objetivo o qual, todavia, não podemos abandonar – , mas a elaboração coletiva de um projeto unificador.

PAC?

Uma das lamentáveis deficiências do primeiro governo Lula foi a ausência de um projeto unificador de suas diversas tendências. O que poderíamos chamar de projeto unificador? Aquele que, ao dialogar com a sociedade, unificasse todas as forças do governo, se possível da nação, em torno de metas concretas reunidas em torno de um projeto único: assegurar o desenvolvimento do país, desenvolvimento que se traduziria como crescimento com distribuição de renda, o que implica geração e distribuição equânime de riqueza.

Esse projeto pode ser o PAC? Não; mas o PAC pode ser sua semente.

Ele será, pelo menos, seu referencial. E sua diferença, chamando a sociedade brasileira a definir-se diante da opção *atraso* (continui-

dade) ou *crescimento* (mudança) como garantia do desenvolvimento. Por

O futuro do movimento de esquerda no Brasil está na organização dessas massas que emergiram independentemente de nosso apelo.

que não discutir com a sociedade, que ao votar fez uma opção política, a escolha do modelo de desenvolvimento que se deseja para o país? Para logarmos uma sucessão de esquerda ao governo Lula precisamos construir nosso diferen-

cial, e esse diferencial é o desenvolvimento, como foi, em outras décadas, ora o nacionalismo, ora a industrialização. Toda a sociedade – e eis uma unanimidade da qual só divergem os funcionários do Consenso de Washington – defende o crescimento; mas isso não é suficiente. Pois, tradicionalmente, em nosso país, o crescimento só tem servido para enriquecer as elites e concentrar a renda nacional. O crescimento que a esquerda defende é aquele associado à ascensão das massas, pois qualquer política de crescimento deve estar comprometida com a distribuição de riqueza. Essa luta ainda precisa ser travada dentro do governo.

Um projeto de nação

Para além do PAC, a esquerda brasileira precisa construir um projeto de nação, um projeto de país. Uma visão de mundo, de país e sociedade, de Estado, de política, que seja denominador comum da sociedade brasileira e que faça com que, a partir desses princípios e desses projetos, unifiquemos as bandeiras da sociedade brasileira na luta social. O presidente Lula pode comandar esse processo. Mas aí se coloca uma questão para a esquerda brasileira: como manter o governo de centro-esquerda ou o governo de centro caminhando para a esquerda, numa correlação de forças em que o poder conservador mantém hegemonia? Como operar as mudanças num quadro de correlação de forças dominado pela classe dirigente, pelas elites, pelo capital financeiro? Porque – repitamos o óbvio ululante – não fizemos revolução, nem alteramos a correlação de forças mesmo na sociedade. Timidamente estamos construindo um governo reformista. Não nos foi dado mudar as estruturas políticas e econômicas e sociais do país. Entenda-se que não adianta falar em mudanças, não adianta falar em reforma política, reforma tributária, não adianta sequer falar em queda de juros se antes o governo e o país não estiverem acertados em torno de uma tese fundamental: a necessidade de construção de um ‘projeto nacional de desenvolvimento’.

Quando escrevemos desenvolvimento queremos significar crescimento com distribuição de renda, isto é, um projeto econômico subordinado à opção política.

O fim da economia como entidade em si

Este projeto terá de suceder ao fim da autonomia da administração da economia em face da vontade nacional, à parte da vida política, à parte da vida social, à parte de qualquer projeto de qualidade de vida, porque tudo se reduz a números, e o povo é apenas uma coluna nas páginas das estatísticas e no noticiário dos jornais dóceis. Assim se corrói a democracia representativa, porque mais importante do que nossos congressistas são os dirigentes do Banco Central, a tecnoburocracia do Ministério da Fazenda e das agências reguladoras: todos à margem da vontade política, todos imunes à soberania popular. Eis o que nos unifica, e pode manter o povo permanentemente ao lado do presidente: a construção do país. O resto, ainda que necessário e indispensável, os entendimentos com a maioria no Congresso, as negociações com o 'mercado', torna-se realmente secundário. Mas essa é uma visão de esquerda...

Para crescer, o Brasil precisa investir, ou seja, gastar dinheiro em infra-estrutura, logística, rodovias, estrada de ferro, sistemas aéreos, segurança de voo (mais do que nunca!), portos, cabotagem. Ao mesmo tempo em que tem que fazer isso tudo, tem de pagar os juros da dívida pública e tem que intervir nesse escândalo que é a saúde pública brasileira. E todos sabemos que não há possibilidade de desenvolvimento sem investimentos maciços e constantes em educação, ciência e tecnologia. E tudo isso só se faz com dinheiro. E de onde vamos tirá-lo? Apenas da queda de juros? Podemos esperar que a queda de juros reanime a economia e daqui a cinco anos tenhamos retorno com a reativação da produção? Por que não tirar do superávit primário? Ninguém consegue explicar. Será que depois de tantos anos tão 'bem comportados' diante das regras do capital internacional ainda precisamos oferecer garantia que tolhe nosso crescimento? Isso quando sabemos que nenhuma garantia é melhor que... o crescimento?

Reformas

Antes de pensar em qualquer reforma, precisamos definir o desenvolvimentismo como o projeto central do governo e este caráter desenvolvimentista, que significa geração de emprego, é a

resposta histórica que temos a obrigação de oferecer ao povo brasileiro. O mais é decorrência, como a reforma tributária, uma vez que, sem crescimento, tudo pode continuar como está, pois o marasmo será o mesmo. Sem crescimento, nenhuma reforma tri-

butária facilitará a distribuição de renda, e nela está o nó górdio da questão. Sem distribuição de renda o crescimento só faz aumentar a pobreza das grandes massas, como ocorreu nos anos do ‘milagre’.

Antes de discutirmos, por exemplo, reforma política (ou simplesmente eleitoral?), discutamos *reforma para quê*; discutamos, antes, *que Estado queremos*. Definamos: reforma política para tornar as eleições mais transparentes, ou para tornar mais efetiva a representatividade, ou para tornar mais democrática a sociedade, para tornar mais democrático o processo eleitoral ou para tudo isso. Mas a sociedade só é chamada a discutir technicalidades, cláusula de barreira, financiamento público de campanha, votação em listas abertas ou listas fechadas. Para que isto? A cláusula de barreira serve a quê? As listas servem a quê? Este é o projeto do sistema, da grande imprensa e dos setores conservadores. Muito bem, é uma proposta. E qual é a proposta da esquerda?

Como operar as mudanças num quadro de correlação de forças dominado pela classe dirigente, pelo capital financeiro?

Conclusão

Retornemos ao ponto de partida: o pronunciamento eleitoral de 2006, dando destaque ao segundo turno.

A votação obtida por Lula não apenas legitima o mandato passado e o iniciante, mas, do mesmo modo, o qualifica como uma das maiores lideranças populares da República e, dentre todos os presidentes em regime democrático, como aquele que veio usufruir de maior apoio e aprovação de seus contemporâneos. Isto, hoje. É mais forte que seu partido e mais popular que sua base parlamentar. É mais popular que seu próprio governo. Todos reconhecem

sua extraordinária capacidade de comunicação com as grandes massas e o apoio que essas lhe emprestam. Em plano muito diverso se coloca o apoio congressual, dos partidos e das grandes corporações, negociado numa bolsa que cobra altíssimos custos. De outra parte não é razoável esperar que esses detentores de privilégios sejam os aliados sinceros e de primeira água das reformas, necessárias, que beneficiarão antes de todas as camadas mais pobres da população. Ao contrário, as elites conservadoras sempre foram obstáculo às reformas e as poucas que se fizeram nesse país, desde o Império, se fizeram, mesmo na conciliação, contra os interesses instalados, de que sempre foram porta-vozes as maiorias parlamentares. As reformas essenciais de que carece o país para sua emancipação, para a consolidação e aprofundamento da democracia – rumando do sistema representativo para a participação direta da população, para a efetiva cidadania de nosso povo, que depende de distribuição de renda e igualdade social, só serão intentadas se chegarem no bojo de um grande movimento de opinião, que só as massas populares – junto as quais o presidente tem crédito – podem sustentar.

O presidente é a favor das reformas. Conhece como ninguém a questão social e o poder das massas de intervir no processo político. Mas não as mobiliza.

Acaba de perder uma grande oportunidade de mobilização popular deixando de discutir com a sociedade o lançamento do PAC, quando poderia ter utilizado o seu prestígio para construir um movimento nacional desenvolvimentista, ponto de partida para a construção de um Projeto Nacional, este sim perdurável, como as reformas de Vargas, cuja imagem nem a ditadura, nem o neoliberalismo, nem o tempo conseguiram esmaecer na memória nacional.

É preciso trazer o povo de volta à boca da cena.

Por que o presidente resiste tanto? ■

As eleições de 2006 e as massas: uma emergência frustrada?

Roberto Amaral

Resumo

O artigo analisa as mudanças no cenário político brasileiro introduzidas pela recente eleição de Lula para seu segundo mandato. Essas mudanças são correlacionadas num quadro continental de maior abrangência que, a partir do fim da Segunda Guerra mundial, apresenta desenvolvimento ao longo de três linhas:

a) emergência das ditaduras – referenciando-se a brasileira (1964) e a chilena (assassinato de Allende em 1973);

b) ressurgência da democracia sob forma neoliberal, com destaque para Alfonsín na Argentina (1983) e Tancredo Neves – Sarney no Brasil (1985);

c) emergência das massas, em repulsa a práticas do neoliberalismo, com destaque para Hugo Chávez, Evo Morales, Kirchner, Lula, Tabaré Vasquez, Rafael Corrêa.

No Brasil, o trânsito das massas ao prosclínio se dá com Lula, num contexto em que um eleitorado de 110 milhões de votantes se tem recentemente dividido em dois hemisférios: a) o Sul-Sudeste, junto com os grandes centros metropolitanos, onde predomina um voto partidário, programática e ideologicamente orientado, dito progressista ou mudancista; b) o Norte-Nordeste, área pressionada pelos baixos índices de produtividade, pela po-

breza e exclusão social endêmicas, cujo voto, 46% do eleitorado, é geralmente comprado pelas oligarquias locais, portanto tornado de direita, conservador.

Nesse contexto, para o autor é fato que nas eleições de 2006 esses dois hemisférios surpreendentemente invertem sua tendência de votação. Para certos analistas, Lula teria pactuado com as oligarquias e através desse acordo recebido o voto das grandes massas. Para o autor, porém, pela primeira vez na história do país o povo liberta-se da tutela dos *coronéis*, da influência dos meios de comunicação, dos estratégias das pesquisas, decidindo o processo político segundo seus objetivos estratégicos e interesses mediatos e imediatos. Assim, a emergência das massas cria novo cenário ao agir das esquerdas, em que devem ser prioritárias tarefas como: a) dinamização do trabalho de massas; b) apoio às coalizões, base da estabilidade democrática; c) ruptura com os laços de subordinação econômica inerentes às políticas neoliberais.

Palavras-chave:

Política brasileira – eleições – governo Lula – luta de classes – desenvolvimento – movimento de esquerda

The left and the emergency of the silent masses

Roberto Amaral

Abstract

The article analyses some changes in the Brazilian political scenery introduced by the recent president Lula's election for a second mandate. These changes are correlated by the author against a broader continental panorama which, from the end of the 2nd World War on have been developing along three main lines: a) emergency of the dictators: whose reference terms may be the Brazilian dictatorship (1964-1985) or the 1973 Allende's murder in Chile; b) resurgence of democracy under neo-liberal governments, with reference to Alfonsín in Argentina (1983) or to Tancredo Neves and José Sarney in Brazil (1985); c) emergency of the common people (or the masses) in a strong opposition to the neo-liberal economic practices, whose icons may be Hugo Chávez, Evo Morales, Kirchner, Lula, Tabaré Vasquez or Rafael Correa.

In the case of Brazil, the transition of the masses to the political front has taken place in a context characterized by the division of the country's almost 110 million electors into two hemispheres: a) the South-Southeastern half, including the large metropolitan centers everywhere, in which predominates an average type of elector oriented by the leftist and center-leftist party programs, in this way directed to social and economic changes; b) and the North-Northeastern one, comprising the area pressed by lower indexes of productivity, with endemic social exclusion and poverty, whose voters, as

large as 46% of the country's electorate, have up to 2006 their choice determined by the local oligarchs, consequently having their political option directed to the Right.

In this context, according to the author, in the 2006 elections these two hemispheres surprisingly changed position with one another as far as their voting behavior is concerned. As an explanation for the fact, some analysts claim that Lula has made a compromise with the oligarchs, in this way receiving their ballots. According to the author, however, for the first time in the country's history the poor people set themselves free from the oligarchs' tutelage as well as from the tricks of the media and political forecasting enterprises, taking decision according to their own mediate and immediate interests and strategic goals. The emergency of the masses thus creates a new scenery for the new political action of the Left, establishing targets towards which work must be immediately started: increasing the left's political action among the masses; promoting coalition policies everywhere, essential to the stabilization of democracy, and promoting the rupture of some links of economic subordination inherent to the neo-liberal policies.

Key words:

Brazilian politics – elections – Lula government – class struggle – development – leftist movement

E-mail:

ramaral@cebela.org.br